

Práxis Pedagógica Intercultural nos cursos de Educação Superior em Manaus

Intercultural Pedagogical Praxis in Higher Education courses in Manaus

PONTES, Joyce Karoline Pinto Oliveira¹
Universidade Federal do Amazonas

SOARES, Artemis de Araújo²
Universidade Federal do Amazonas

Resumo

Este artigo tem como objetivo explicar a *práxis* pedagógica intercultural dos cursos de terceiro grau da capital amazonense, sobre o panorama histórico da educação superior indígena de Manaus, tendo como objeto de análise as instituições: Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Instituto Federal do Amazonas (Ifam). Desta forma, como procedimentos metodológicos far-se-á análise documental, e bibliográfica.

Palavras-Chave: Educação Superior Indígena; Intercultural; Práxis Pedagógica.

Abstract

This article aims to explain the intercultural pedagogical praxis of the third degree courses of the Amazonian capital, on the historical panorama of the indigenous higher education of Manaus, having as object of analysis the institutions: Federal University of Amazonas (UFAM), Universidade do Estado do Amazonas (UEA) and the Federal Institute of Amazonas (Ifam). In this way, as methodological procedures will be done documentary, and bibliographic analysis.

Keywords: Indigenous Higher Education; Intercultural; Pedagogical Praxis.

Introdução

Ao falar da história dos indígenas, não se deve esquecer-se de mencionar o processo de colonização que esses povos tiveram, percebeu-se que a educação escolar para os indígenas passou a ser introduzida de uma forma que satisfazia apenas os interesses da dominação política. Passados os anos, com o surgimento da Constituição Federal (CF) em 1988 e posteriormente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, os

¹ Jornalista. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

² Diretora da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas (FEFF/UFAM). Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM).

povos passaram a ter autonomia na sua forma de aprendizagem, fazendo o uso de suas próprias metodologias, bem como o uso de suas línguas, uma forma de ensino bilíngue, ficando a seu critério fazer ou não o uso de sala de aula, trazendo consigo uma nova práxis pedagógica intercultural³.

Da família à comunidade, a educação existente difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos. (BRANDÃO, 1995, p.10).

As distintas culturas presentes na Amazônia durante o período da colonização, fez com que houvesse disputas de poder, principalmente no que tangia aos descimentos, que se tratava de colonizar e ao mesmo tempo escravizar os indígenas dentro dos aldeamentos.

O tipo de colonização na Amazônia foi, sobretudo, marcado pela guerra de conquista, travada, simultaneamente, contra os autóctones e contra os espanhóis, franceses e holandeses. Momentos houve, em que o índio rebelado, tornou-se estrangeiro dentro de seu próprio território, o que implicou um estado de beligerância que levou mais tempo para ser superado que em outras partes da colônia. (BARBOSA, 1996, p.1-2).

Quanto à forma de aculturação aos povos indígenas amazônicos, passou-se a predominar a força do colonizador europeu, onde os portugueses principalmente passaram a fazer a utilização de mão de obra dos índios, bem como houve a imposição do uso da língua portuguesa e dos costumes, tendo mais ênfase no período pombalino. A imposição da cultura nessa época e diante do trabalho desenvolvido pelos missionários, fez com que o processo de educação indígena permanecesse alicerçado em práticas que em muitas vezes desvalorizavam a cultura ali estabelecida, uma vez que a opressão fazia com que houvesse o surgimento da cultura dominante entre os povos. Dessa forma, os povos não poderiam decidir o que queriam fazer, não eram livres de fato, como se vê atualmente em que eles passam a ter uma apropriação da educação escolar.

[...] grupos étnicos se distinguem pelas suas diferenças biológicas (cor de pele, tipo de olhos ou cabelos) e diferenças culturais (códigos de orientação de comportamento, crenças religiosas, formas de organização do trabalho comunitário). (BRITO, 2001, p.18).

³ A expressão interculturalidade tornou-se um “identificador” dos que compartilham certo ideário nas propostas de educação escolar para comunidades indígenas. Basta acionar a chave intercultural/interculturalidade para sermos aceitos. O conceito de interculturalidade pode ser usado em vários contextos diferentes sem maiores esclarecimentos.(LIMA, 2016, p.52).

Após três anos da promulgação da Carta Magna, o ensino indígena passou a ser direcionado por entidades indigenistas federais, inicialmente com escolas sob a responsabilidade do Estado, por meio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e em seguida com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai) a partir de 1967.

Nesse contexto, são unificadas as funções que antes eram de atribuição do SPI, incluindo o quadro de educadores que passou a ser exclusivamente composto de professores que se lotavam em postos indígenas da Funai. Todavia, a maior parte das crianças não tinha acesso à educação infantil, quanto mais os adultos com uma formação superior, pois muitos falavam com dificuldades o idioma Português.

Apesar dos esforços do órgão indigenista e dos missionários, a maioria das crianças crescia sem acesso à educação escolar. A Fundação Nacional do Índio estabeleceu como prioridade a implantação do ensino bilíngue nas aldeias. Nestas iniciativas, os “índios” deveriam ser alfabetizados na língua materna e, na sequência levados ao aprendizado do português. Constatada a proficiência neste idioma, o ensino passava a ser exclusivamente em português, configurando o denominado “bilinguismo de transição”. Na execução desta proposta o órgão indigenista encontrou inúmeras dificuldades pois eram escassos os conhecimentos referentes às várias línguas indígenas. (LIMA, 2016, p.46)

Com a chegada do século XX, passa a se expandir no Brasil os cursos de Licenciatura Indígena, que têm como principal objetivo atuar na formação de professores, para que os mesmos possam atuar e desenvolver habilidades específicas no que tange o ensino-aprendizagem dentro das comunidades. E a partir de então, as Instituições de ensino público passam a atuar neste segmento.

A luta por uma educação superior aos indígenas, surgiu no Estado do Amazonas desde a década de 1980, quando se tornou pautas nas reuniões de movimentos indígenas, principalmente, entre os povos *Mura*, *Sataré-Mawé* e *Munduruku*. Os cursos de formação superior voltados para os indígenas iniciam-se através de Projetos Pedagógico da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), seguido da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Instituto Federal do Amazonas (Ifam).

Ufam e o ensino para os indígenas

O curso de Licenciatura em Formação de Professores Indígenas da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) surge em 2008, e se configura como uma possibilidade de

ampliar a atuação da Instituição de Ensino Superior (IES) junto aos povos indígenas do Estado do Amazonas, no qual visa contribuir para a formação específica de professores indígenas para atuarem nas escolas presentes dentro de suas comunidades ou aldeias.

Porém, as iniciativas partiram a partir de 18 de abril de 2007, conforme destaca o Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura Indígena da Ufam. A primeira turma surgiu dia 01 de maio de 2008, com 60 alunos da etnia *Mura*, localizada no município de Autazes (distante a 113 quilômetros de Manaus). Haja vista que esse curso foi aprovado pelas instâncias superiores da Ufam, através da Câmara de Ensino de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), criada pela Resolução 010/2007, no dia 18 de abril de 2007, vinculado à Faculdade de Educação da Ufam (Faced).

Souza e Carvalho (2005) entendem que o atendimento às novas demandas dos povos indígenas por novos cursos de nível superior declara uma atenção específica:

[...] rever as dinâmicas educacionais atuais nos espaços que ainda se alimentam do velho indigenismo, o horizonte da diversidade com o qual lidamos e fundamentalmente a diversidade de situações que apresentam os povos indígenas do Brasil. As populações do sul do país habitando pequenos territórios e muito próximas de cidades grandes indicam respostas diferentes que as populações da região amazônica, por exemplo, onde se concentra grande parte das terras indígenas brasileiras [...] (SOUZA E CARVALHO, 2005, p.175).

É relevante destacar que o artigo 231 da Constituição Brasileira garante o direito dos povos indígenas, na busca de uma educação escolar específica e diferenciada. Tanto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394/96, em seus artigos 78 e 79, tratam especificamente da educação escolar indígena. E com isso, a Lei 12.416 de 9 de junho de 2011, altera o artigo 79 da LDB, onde dispõe sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas, inserindo um terceiro parágrafo:

Parágrafo 3º - No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais.

Um dos diferenciais do curso superior para os indígenas diante de seu surgimento foi que o ingresso dos acadêmicos se dava por Processo Seletivo Simplificado (PPS), respeitando a situação sócio-linguística de cada povo, com uma perspectiva interdisciplinar, promovendo

a interculturalidade, ou seja, o diálogo entre as diferentes culturas e saberes. “A abordagem interdisciplinar procura um saber que seja representativo ou característico” (FOUREZ, 2001, p.9).

O curso foi realizado em regime modular, organizado em turmas, por povos indígenas, a ser realizado no município de Autazes (distante a 113 quilômetros de Manaus) com a turma Mura, em Borba (distante a 151 quilômetros de Manaus) com a turma Mundurukú e em Maués (distante a 276 quilômetros de Manaus) com a turma Sateré, cujo curso teve duração de cinco anos, composto por uma etapa de formação geral, dois anos de duração. Uma etapa de formação específica, com duração de dois anos e uma etapa de integração das áreas, com duração de um ano.

Já no ano de 2016, a Universidade Federal do Amazonas, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesp) disponibilizou inscrições para o processo seletivo voltado ao preenchimento de 100 vagas no Curso de Especialização em Educação Escolar Indígena, Turma São Gabriel da Cachoeira (distante a 853 quilômetros de Manaus), para o ano letivo de 2016/2017. O curso é modular e está vinculado à Faculdade de Educação da UFAM (Faced). As aulas são ministradas no próprio município de São Gabriel da Cachoeira, no campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Porém, somente candidatos indígenas, do Território EtnoEducativo Alto Rio Negro, que não estejam vinculados a curso de pós-graduação *latu sensu ou stricto sensu* em instituição pública, estão realizando o curso atualmente. A exclusividade de oferta para candidatos indígenas decorre da política de ações afirmativas, por meio do Programa Saberes Indígenas na Escola. A seleção de candidatos foi feita em quatro etapas: Homologação das inscrições, Análise da Carta de intenções, Análise do Memorial e Entrega de documentação comprobatória.

Ifam e o ensino para os indígenas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam) visa o oferecimento do Curso de licenciaturas específicas para a formação de professores indígenas em nível superior. Logo, trata-se de um curso específico destinado à formação em nível superior de professores de escolas indígenas. A proposta do Ifam, foi selecionado no Eixo III (elaboração de projetos) do edital de 2009 do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind). O curso seria oferecido para diferentes povos indígenas do Estado do Amazonas.

A partir deste ano de 2017, o Campus São Gabriel da Cachoeira, vem realizando o curso de Licenciatura Intercultural Indígena, habilitação em Física. Este é o primeiro curso de graduação ofertado fora de Manaus. As aulas iniciaram em janeiro, com duração de nove semestres em período integral. A Licenciatura Intercultural Indígena tem como objetivo formar e habilitar professores indígenas em Licenciatura Plena, com enfoque intercultural, para lecionar nas escolas indígenas localizadas em aldeias e reservas indígenas em consonância com a realidade social e cultural específica de cada povo e segundo a legislação nacional que trata da educação escolar indígena. O curso faz parte do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

UEA e o ensino para os indígenas

A educação escolar é um processo novo no contexto dos povos e comunidades indígenas do Brasil, porque isso interfere na organização do contexto sociocultural, costumes e tradições e a escola foi um processo de implantação de várias frentes, dentre elas: a missionária, experiências de organizações não governamentais e por último pela própria intervenção das agências indigenistas do Estado Brasileiro.

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) criada pela Lei Estadual no. 2.637, de 12/1/2001, é o maior projeto de formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento sustentável da região já realizado na Amazônia Ocidental. “É um megaprojeto educacional que não se restringirá apenas às fronteiras amazonenses, mas com atividades que repercutirão nos demais Estados vizinhos”. (SALAZAR, 2006, p.360).

A entidade por ser uma instituição multicampi, possui um moderno programa de interiorização beneficiando 61 municípios amazonenses, além de fazer a utilização da tecnologia via IPTV. Segundo Salazar (2006), a nova universidade teve o primeiro vestibular convencional realizado em 4/03/2001 na capital e em 25/03/2001 no interior com 180.000 inscrições, oferecendo 1.9130 vagas, 1.130 em Manaus e 800 no interior.

O curso de pedagogia intercultural da UEA é uma resposta para a sociedade, e teve como finalidade licenciar indígenas e não indígenas para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, bem como a qualificação para a gestão pedagógica em educação escolar e áreas afins.

O currículo desse curso dialoga com a diversidade amazônica com enfoque na questão indígena. Foi ofertado na modalidade presencial modular, através do sistema *Internet*

Protocol Television (IP.TV), sendo este veiculado para 52 municípios do Estado do Amazonas, durante os meses de janeiro, fevereiro e julho, de cada ano.

De acordo com informações da página oficial da UEA⁴, a instituição já graduou 824 indígenas desde 2009. Os cursos que mais formaram indígenas foram: Pedagogia, com 599 graduados; Administração, com 24 e Direito com 23 formados (Vide em Gráfico 1).

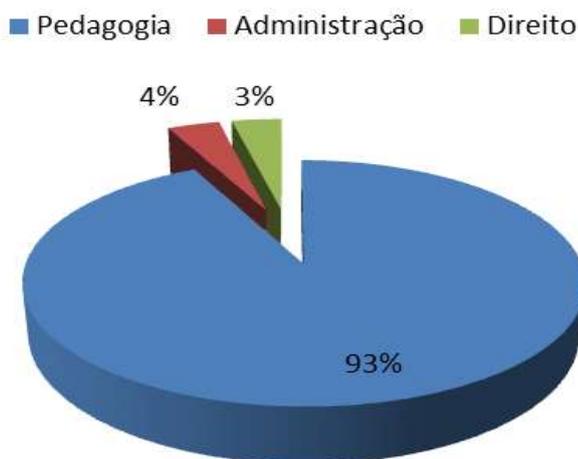


Gráfico 1: Cursos que mais formam Indígenas na UEA
Fonte: Elaborado pelas autoras (2017)

Dos 599 formados em Pedagogia, 577 são do Curso de Pedagogia Intercultural, do Programa de Formação de Professores Indígenas (Proind) oferecido pela UEA.

Enquanto que os Povos *Ticunas*, *Kambebas*, *Caixanas* e *Kokamas* protagonizaram em 2012, em Benjamin Constant (1.118 quilômetros de distância de Manaus), um acontecimento histórico para as comunidades indígenas da região do Alto Solimões com a formatura de 204 índios de sete cursos superiores promovidos pela UEA. A primeira turma é do curso de Licenciatura para Professores Indígenas do Alto Solimões, realizado pela Universidade, em parceria com o Ministério da Educação (MEC).

A etnia com maior formação superior pela UEA é a *Kokama*. A segunda etnia com mais indígenas formados é a *Munduruku* seguido da *Baré*. Atualmente, a UEA possui 493 alunos matriculados na Graduação.

A Instituição possui nove alunos matriculados na Pós-graduação. Um aluno da etnia *Baré* está cursando pós em Doenças Tropicais e Infecciosas, um aluno da etnia *Baré* está cursando pós em Direito Público e um aluno da etnia *Baré* está cursando Residência em Enfermagem Obstétrica.

⁴ UEA. Disponível em: <<http://www.uea.edu.br>> Acesso em: 21 abr.2017.

A UEA abriu em no segundo semestre do ano de 2015, inscrições para o Vestibular Especial para o Curso Tecnológico em Agroecologia para a Comunidade Indígena de Umariáçu, localizada na zona Rural de Tabatinga (distante a 1.105 quilômetros de Manaus). O concurso Vestibular Especial era exclusivamente aos membros dessa Comunidade. O edital ofereceu um total de 40 vagas, preencheu 38 vagas, porém atualmente apenas um acadêmico consta com a matrícula cancelada, totalizando 37 graduandos, até o primeiro semestre de 2017.

Considerações

Desta forma, verifica-se que os cursos de formação voltados aos professores indígenas, desenvolvem atividades com o intuito de buscar possíveis soluções aos povos indígenas, respeitando a Constituição Federal Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Logo, se torna uma responsabilidade institucional a promoção de novas políticas de ensino e com projetos político-pedagógico, que visam uma ação específica educacional aos indígenas, em um processo participativo sempre ouvindo as necessidades das comunidades, principalmente no que diz respeito ao ensino superior aos povos indígenas.

Neste sentido, a implantação de cursos superiores representa um passo na consolidação das instituições públicas federais e estadual do Amazonas, propiciando o intercâmbio de saberes, experiências e conhecimentos do indígena, estimulando a práxis pedagógica intercultural, onde a Universidade e os povos indígenas vêm ganhando oportunidades da promoção da cultura, ensino, pesquisa e extensão.

Referências

BARBOSA, Walmir de Albuquerque. **O Cordel na Amazônia. Manaus.** Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

BRANDÃO, Rosa Mendonça de. **O que é educação.** 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos, 203).

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm> Acesso em 11 mai.2017.

BRASIL. **Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 17 mai. 2017.

BRITO, Rosa Mendonça de. **O homem amazônico em Álvaro Maia**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.

FACED/UFAM. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas**. Disponível em:

<<http://faced.ufam.edu.br/ensino/graduacao/formacao-de-professores-indigenas/projeto-politico-pedagogico>> Acesso em: 10 mai.2017.

FOUREZ, Gerard. **Fundamentos epistemológicos para a interdisciplinaridade**. Texto provisório apresentado no Congresso da AMSE em Sherbooke. Traduzido por Vera Brandão, 2001.

LIMA, organização Antonio Carlos de Souza (Org.). **A educação superior de indígenas no Brasil [recurso eletrônico]: balanços e perspectivas** - 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

SALAZAR, Admilton Pinheiro. **Amazônia- Globalização e Sustentabilidade**. 2ª. Edição – Manaus: Editora Valer, 2006.

SOUZA, Hellen Cristina; CARVALHO, Ivanete Inês Parzianello. **Comunicação** (sem título). In: I Conferência Internacional sobre ensino superior indígena: construindo novos paradigmas na educação. Barra do Bugres:UNEMAT, 2005 (Anais).